

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – UFG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PLANO DE TRABALHO – 2017/02

Quintas-feiras das 14 às 18 horas

Área: Estado, Políticas e História da Educação

Disciplina: AVALIAÇÃO E EDUCAÇÃO NO BRASIL

Prof^a: Lúcia Maria de Assis

Ementa:

A abordagem da Avaliação como um campo de estudos e pesquisas educacionais: fundamentos teóricos e epistemológicos da avaliação educacional. A avaliação da educação no Brasil: histórico, concepções e políticas para a educação básica e superior. A centralidade dos resultados dos exames nacionais na condução das políticas públicas educacionais e as suas repercussões no interior das instituições educativas. Interfaces entre Avaliação, currículo, trabalho docente e gestão escolar.

Justificativa:

O tema avaliação educacional e, mais especificamente avaliação institucional é relativamente recente tendo se difundido no Brasil nos anos de 1990. Tornou-se, entretanto, no tempo atual, um importante campo de estudos e pesquisas considerando o relevante espaço que passou a ocupar na definição de políticas públicas educacionais do ensino fundamental ao superior, especialmente a partir da sua inclusão como um dos principais instrumentos dos governos e agências multilaterais de financiamento na definição dos seus investimentos. Nessa perspectiva, a avaliação não é mais “coisa de escola”, nem somente da educação. Ela ultrapassa esses âmbitos e cada vez mais vai ampliando seus efeitos e seus avanços na economia e na política. Para Dias Sobrinho, “O sentido de poder que tem a avaliação explica o grande protagonismo que ela exhibe hoje em quase todos os âmbitos de intervenção social”. (DIAS SOBRINHO, 2002, p. 39).

Neste período se intensificam as relações entre os organismos financiadores externos e os processos de avaliação da educação promovidos pelo governo federal. Os empréstimos ou ajudas financeiras passaram a ser associados à avaliação das condições antes, durante e após a implementação dos projetos por ele financiados. Por exemplo, segundo Silva (2002), o Banco Mundial está contribuindo para definir as formas locais para a avaliação, segundo os seus critérios e necessidades, cumprindo um forte papel ideológico. Quase sempre o Banco impõe aos países que buscam seus empréstimos que a educação se ajuste a restrições orçamentárias, tornando-se mais eficiente, produtiva e útil ao mercado, assumindo, de preferência, o modelo gerencial ((FONSECA, TOSCHI e OLIVEIRA, 2004).

Estes organismos recomendam aos países em desenvolvimento que garantam a educação básica gratuita, inclusive com repasses de subsídios sob a forma de programas sociais. Em relação à educação superior não aparece como prioridade ao se distribuir os

recursos dos impostos e recomendam que as instituições públicas procurem fontes alternativas de financiamento; recomenda também que os governos repassem bolsas de estudos àqueles estudantes comprovadamente pobres e que não podem pagar seus estudos. Dessa forma, o Banco acaba provocando o surgimento de novas relações entre o público e o privado, entre o Estado e a sociedade (BANCO MUNDIAL, 1995). Há, nas recomendações do Banco, a proposta de ações que interferem profundamente no modo de ser das IES ao “prevêem uma espécie de *privatização branda* da educação superior que não se esgota simplesmente no fim da gratuidade e na diminuição dos financiamentos públicos” (DIAS SOBRINHO, 2002, p. 35). Neste sentido o Banco faz recomendações que vão desde medidas mais eficientes de gestão a formas novas de organização diferenciada, diversificação de fontes de financiamento e novas relações trabalhistas.

O resultado destas políticas tem sido a descaracterização das instituições que são forçadas a criarem mecanismos de sobrevivência como o da criação das fundações de apoio, da venda de serviços, terceirização e flexibilização dos contratos de trabalho. As IES passam a oferecer cursos de curta duração, flexíveis, que priorizam os saberes úteis e rentáveis, bem de acordo com as demandas do atual mercado de trabalho. Nesse contexto o papel da avaliação passa a ser instrumento que dá grande ênfase aos resultados, deixando de considerar os processos educacionais. Em estudo realizado sobre os impactos destas políticas nos países em desenvolvimento, o Brasil inclusive, Silva (2002) constata que as relações com o Banco Mundial intensificaram-se durante a presidência de Fernando Collor de Mello (1990-1992), com a ampliação de medidas concretas dos ajustes estruturais, estabilização econômica e reformas. Quanto aos dados percentuais para a educação, no período de 1987-1994, eles passaram de 2% para 29% do total de empréstimos realizados pelo Banco Mundial. “A quantidade de projetos aprovados e o montante de dólares emprestados estão articulados com a capacidade dos governos locais para induzirem a redução dos gastos públicos, barateamento dos custos sociais, autofinanciamento do ensino médio e superior e retração do Estado no setor social” (SILVA, 2002, p. 102).

Uma das conseqüências da adoção dessas políticas, no Brasil, foi que as “portas” se abriram para o livre mercado educacional, o que vem contribuindo para a rápida expansão da rede privada de ensino. Esta expansão tem contribuído para tornar a educação superior cada vez mais próxima do ideário dos organismos multilaterais, cada vez mais “funcionais” (CHAUÍ, 1999) cujos saberes devem ser “úteis” para o desenvolvimento da economia. Neste sentido a avaliação passa a assumir o papel de um instrumento governamental para o exercício do controle político e econômico, aumentando a função controladora do Estado, o que colabora para justificar a designação de *Estado Avaliador* por Afonso (2001), difundida nos anos de 1990. A avaliação das IES é, assim, fortemente determinada pelo contexto sócio-político-econômico, influenciado pelo sistema econômico, estando por isto, sujeita a assumir características que a identifiquem mais com a categoria normativa do que com os pressupostos formativos da avaliação.

Tendo em vista a grande centralidade dos processos avaliativos em larga escala, bem como as repercussões dos resultados destas avaliações nos contextos escolares e extraescolares, esta disciplina se propõe a fundamentar o debate sobre a avaliação educacional, apresentando seus princípios fundadores e constitutivos, bem como a discussão e a análise da sua materialização nas políticas educacionais brasileiras.

Assim, esta disciplina tem como **objetivo central** conhecer o campo de estudos e pesquisas em avaliação educacional, identificar os caminhos que as políticas educacionais brasileiras vêm construindo com base neste campo e analisar alguns dos seus efeitos nos sistemas e nas instituições educativas.

CRONOGRAMA SEMANAL DA DISCIPLINA

1ª aula:

Apresentação dos alunos, dos seus projetos de trabalho no PPGE e expectativas com a disciplina. Discussão do Plano de Trabalho, Metodologia e Avaliação da aprendizagem. Introdução ao tema de estudos: Educação e Avaliação no Brasil

2ª aula:

UNIDADE I – PRINCÍPIOS, FUNDAMENTOS E HISTÓRICO DO CAMPO DA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL.

1.1 Delimitação do campo teórico-conceitual da avaliação

Texto básico 1: SOBRINHO, José Dias. *Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 13-52.

Texto básico 2: JANELA, Almerindo Afonso. *Avaliação Educacional: regulação e emancipação*. São Paulo: Cortez, 2.000, p. 13-51.

3ª aula:

1.2 A qualidade da educação básica e o Banco Mundial.

Texto básico: TORRES, Rosa María. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, L. D.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Orgs). *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*. São Paulo: Cortez, 2000, p. 125-193.

(15/09 não haverá aula devido ao Congresso Internacional da Anpae em Goiânia)

4ª aula:

1.3 As Reformas Educativas e a Avaliação Educacional.

Texto básico1: JANELA, Almerindo Afonso. *Avaliação Educacional: regulação e emancipação*. São Paulo: Cortez, 2.000, p. 53-91.

1.4 A Nova Gestão Pública e o papel das avaliações estandarizadas na reformas educativas globais

Texto básico 2: VERGER, Antoni; NORMAND Romuald. Nueva Gestión Pública y Educación: Elementos teóricos e conceptuales para el estudio de um modelo de reforma educativa global. In: *Educación e Sociedade* (dossiê). Campinas, SP. V. 36, nº 132, p. 599-622, 2015.

Texto básico 3: OLIVEIRA, Dalila Andrade. Nova gestão pública e governos democráticos-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do

direito à educação. In: *Educação e Sociedade* (dossiê). Campinas, SP. V. 36, nº 132, p. 625-646, 2015.

5ª aula:

UNIDADE II - AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

2.1 A avaliação estandardizada no contexto das políticas educacionais.

Texto básico 1: CASASSUS, Juan. Política y Metáforas: un Análisis de La Evaluación Estandarizada em El Contexto de La Política Educativa. In: BAUER, Adriana; GATTI, Bernadete A.; TAVARES, Marialva R. (Orgs). *Ciclo de Debates: vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil, origens e pressupostos*. Florianópolis: Editora Insular, 2013, p. 21-46.

2.2 Fundamentos e possibilidades das avaliações em larga escala.

Textos básico 2: GATTI, Bernadete A. Possibilidades e Fundamentos de avaliações em larga escala: primórdios e perspectivas contemporâneas. In: BAUER, Adriana; GATTI, Bernadete A.; TAVARES, Marialva R. (Orgs). *Ciclo de Debates: vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil, origens e pressupostos*. Florianópolis: Editora Insular, 2013, p. 47-69.

Textos básico 3: BRASIL, Portaria nº 931 de 20 de março de 2005.

(06/10 - não haverá aula devido ao Seminário do PPGE-FE)

6ª aula:

2.3. Características e pressupostos da avaliação da Educação Básica no Brasil.

Texto básico 1: FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. Avaliação da Educação Básica no Brasil: características e pressupostos. In: BAUER, Adriana; GATTI, Bernadete A.; TAVARES, Marialva R. (Orgs). *Ciclo de Debates: vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil, origens e pressupostos*. Florianópolis: Editora Insular, 2013, p. 70-96.

Texto básico 2: FREITAS, Luis Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.33, nº 119, p. 379-404, abr-jun. 2012.

7ª aula:

2.4 A experiência em avaliação de sistemas educacionais.

Texto básico 1: PESTANA, Maria Inês Gomes de Sá. A experiência em avaliação de sistemas educacionais. Em que avançamos? In: BAUER, Adriana; GATTI, Bernadete A.; TAVARES, Marialva R. (Orgs). *Ciclo de Debates: vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil, origens e pressupostos*. Florianópolis: Editora Insular, 2013, p. 117-133.

Texto básico 2: ASSIS, Lúcia Maria de. A Avaliação e o Plano Nacional de Educação: concepções e práticas em disputa. In: DOURADO, Luiz Fernandes (org.). *PNE 2014/2024: avaliação e perspectivas*. 2016 (no prelo).

8ª aula:

2.5 A Avaliação da qualidade e a qualidade da avaliação nos sistemas educacionais

Texto básico 1: MINHOTO, Maria Angélica Pedra. Notas sobre a avaliação da qualidade de sistemas educacionais. In: BAUER, Adriana; GATTI, Bernadete A.; TAVARES, Marialva R. (Orgs). *Ciclo de Debates: vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil, origens e pressupostos*. Florianópolis: Editora Insular, 2013, p. 137-148.

Texto básico 2: NAKANO, Marilena; ALMEIDA, Elmir. Reflexões acerca da busca de uma nova qualidade da educação: relações entre juventude, educação e trabalho. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, SP, vol 28, nº 100 Especial, p. 1085-1104, 2007.

2.6 Usos e limitações do IDEB como indicador de qualidade educacional.

Texto básico 1: NETO, João Luiz Horta. IDEB: limitações e usos do indicador. In: BAUER, Adriana; GATTI, Bernadete A.; TAVARES, Marialva R. (Orgs). *Ciclo de Debates: vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil, origens e pressupostos*. Florianópolis: Editora Insular, 2013, p. 149-161.

Texto básico 2: AFONSO, Almerindo Janela. Para uma concetualização alternatiiva de *accountability* em educação. In: *Educação e Sociedade*, vol. 33, nº 119, p. 471-484, abr-jun. 2012.

9ª aula

UNIDADE III – AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

3.1 Avaliação da Educação Superior como política pública

Texto básico 1: SOBRINHO, José Dias. *Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 53-89.

Texto básico 2: BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. A avaliação da educação superior como política pública. In: BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos (Orgs). *Avaliação da Educação: diferentes abordagens críticas*. São Paulo: Xamã, 2011, p. 75-87.

Texto básico 3: BRASIL, INEP, Lei nº 10861 de 14 de abri de 2004, institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

10ª aula

3.2 Qualidade e acreditação na educação superior

Texto básico 1: DIAS SOBRINHO, José. Qualidade e garantia da qualidade: acreditação da educação superior. In: BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos (Orgs). *Avaliação da Educação: diferentes abordagens críticas*. São Paulo: Xamã, 2011, p. 17-41.

Texto básico 2: MOROSINI, Marília Costa et all. A qualidade da educação superior o e complexo exercício de propor indicadores. *Revista Brasileira de Educação*, RJ. V. 21, nº 64, p. 13-37, 2016.

11ª aula

3.3 A avaliação da pós-graduação em instituições públicas brasileiras

Texto básico 1: SGUISSARDI, Valdemar e JUNIOR, João dos Reis Silva. *Trabalho Intensificado nas federais – pós-graduação e produtividade acadêmico*. Ed. Xamã: São Paulo, 2009.

Texto básico 2: SILVA, Eduardo Pinto; SILVA JUNIOR, João dos Reis. Da avaliação heterônoma da pós-graduação à desumanização das relações de trabalho na instituição universitária pública. In: BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos (Orgs). *Avaliação da Educação: diferentes abordagens críticas*. São Paulo: Xamã, 2011.

12ª aula

3.4 Repercussões da Avaliação no Trabalho Docente

Texto básico 1: ASSIS, Lúcia Maria de. *Avaliação institucional e prática docente na educação superior: tensões, mediações e impactos*. Goiânia: 2008, 249f. (tese) Universidade Federal de Goiás, 2008.

Texto Básico 2: [RIBEIRO, Elisa Antonia](#). As atuais políticas públicas de avaliação para a educação superior e os impactos na configuração do trabalho docente. *Avaliação (Campinas)* [online]. 2012, vol.17, n.2, pp. 299-316. ISSN 1414-4077. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772012000200002>.

13ª aula

3.4 Políticas de acesso à educação superior no Brasil

Texto básico 1: SOUSA, José Vieira de. Políticas de acesso à educação superior no Brasil: o Enem no centro do debate. In: BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos (Orgs). *Avaliação da Educação: diferentes abordagens críticas*. São Paulo: Xamã, 2011, p. 89-106.

Texto básico 2: TRVITZKI, Rodrigo, ENEM: limites e possibilidades do Enem enquanto indicador de qualidade escolar. (tese de doutorado), USP, 2013.

14ª aula

Apresentação de trabalhos dos alunos baseados nos seguintes textos básicos:

1) ASSIS, Lúcia Maria de e AMARAL, Nelson Cardoso. Avaliação da educação: por um sistema nacional. In: *Retratos da Escola*. Brasília, DF, v. 7, nº 12, p. 27- 48, 2013.

2) FREITAS, Helena Costa Lopes de. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. *Educação e Sociedade*. Campinas, SP, vol. 28, nº 100 especial, p. 1203-1230, 2007.

3) FRANCO, C.; ALVES, F.; BONAMINO, A. Qualidade do Ensino Fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites. In: *Educação e Sociedade*. Campinas, SP, v. 28, nº 100 especial, p. 989-1014, 2007.

4) SOUSA, Sandra Zákia. Ensino Médio: perspectivas de avaliação. In: *Retratos da Escola*. Brasília, DF, v. 5, nº 8, p. 99-110, 2013.

15ª aula

Apresentação de trabalhos dos alunos baseados nos seguintes textos básicos:

1) CORREA, Bianca, ANDRADE, Érika. Infância e vivências formativas na educação infantil: qual o sentido das avaliações padronizadas nessa etapa educacional? In: *Retratos da Escola*. Brasília, DF, v. 5, nº 9, p. 275-290, 2013.

2) CARVALHO, Maria Alice de Sousa; COSTA, Sônia Santana. Avaliação na Educação Infantil tendências e desafios. In: *Retratos da Escola*. Brasília, DF, v. 7, nº 12, p. 179-189-144, 2013.

3) GUIMARÃES, Gislene Margaret Avelar. Avaliação da Educação Básica a experiência da SME de Goiânia. *Retratos da Escola*. Brasília, DF, v. 7, nº 12, p. 191-202, 2013.

4) BARRETO, Elba Siqueira de Sá. As novas relações entre currículo e avaliação. In: *Retratos da Escola*. Brasília, DF, v. 7, nº 12, p. 133-144, 2013.

OBSERVAÇÃO

Os oito temas/textos das aulas dos dias 8 e 15 de dezembro serão apresentados pelos estudantes, individualmente ou em dupla. Serão destinados 45 minutos para a exposição sistematizada, incluindo um breve debate com a classe.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação discente será processual e formativa, ao longo de todo o curso, levando-se em conta a frequência e a realização do seminário. Para efeito de atribuição de notas ou conceitos, os estudantes deverão entregar **um artigo elaborado com base nos fundamentos teóricos do curso, utilizando, predominantemente, os referenciais bibliográficos da disciplina**. É obrigatória a frequência a 85% das aulas, o que equivale a treze encontros, conforme regulamento do PPGE.

A data de entrega do artigo é 01 de maio de 2017. O texto deverá conter entre 10 e 15 páginas, espaço entre linhas de 1,5, letra *Times New Roman*, tamanho 12. Todas as citações deverão seguir a norma da *ABNT NBR 10520/2002 informação e documentação-citações em documentos*.

Em caso de dúvidas, consultar as normas para publicação dos periódicos: *Inter-Ação* (Revista do PPGE-UFG) ou a *RBP AE* (Revista da Anpae).

Profª Lúcia Maria de Assis

2017/02